

BANCO COMUNITÁRIO NO BRASIL: O CASO DO BANCO PALMAS E SUA MOEDA SOCIAL

NICOLE CERCI MOSTAGI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

nicole_cerci@hotmail.com

CHAYNE DE LIMA PEREIRA MAHNIC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

chaynemahnic@hotmail.com

LILIAN DE LIMA PIRES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

lilianpires9@hotmail.com

LUIS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

lmig@uol.com.br

Introdução

A expansão do sistema capitalista e a sua progressiva desregulamentação ocasionaram uma infinidade de problemas, que englobam as questões social, ambiental e econômica. Algumas soluções para estes problemas podem ser encontradas na literatura, é o caso da Economia Solidária apresentada por Singer (2002) e que se desdobra numa infinidade de experiências, tais como cooperativas, clubes de troca e também formas de microcrédito, entre outras. Este estudo concentra-se nos bancos comunitários, especificamente no Banco Palmas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O intuito da criação do banco concerniu em incrementar ações de desenvolvimento local sustentável, as quais conferiram ao banco o motivo por ser considerado uma das principais experiências de Economia Solidária no Brasil. Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo descrever o surgimento e a trajetória do Projeto Palmas, sua moeda social, seus avanços e limitações.

Fundamentação Teórica

No referencial teórico buscou-se apresentar alguns conceitos sobre a pobreza, suas dimensões e alternativas. A proposta e princípios da Economia Solidária Diferentemente da economia clássica, a Economia Solidária se propõe a atuar prioritariamente em favor das pessoas e do meio ambiente, defendendo um modelo socioeconômico mais equitativo, redistributivo e sustentável (SINGER, 2002, LUZIO DOS SANTOS, 2014). A alternativa do Banco Comunitário às organizações financeiras tradicionais e, por fim, o microcrédito, um dos principais serviços oferecidos pelos bancos comunitários.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, pois, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p. 14). A estratégia de investigação escolhida foi o estudo de caso, que é definido por Yin (2010, p. 39-40) como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real”. Foram utilizados dados de fontes primárias e secundárias, a fim de apresentar as especificidades do banco comunitário Palmas e de sua moeda social no Brasil.

Análise dos Resultados

Os resultados indicam a importância do Banco Palmas e da moeda social circulante como mecanismo de empoderamento local e impulso para a geração de trabalho e renda para as populações mais fragilizadas. De acordo com a coordenadora do Banco, a moeda Palma produz riqueza porque cria uma poupança, não permitindo que os recursos da comunidade migrem para outras comunidades e regiões da cidade. Essa capacidade de acumulação e circulação do dinheiro na comunidade acaba gerando riqueza no local (NASCIMENTO, 2011).

Conclusão

Conclui-se que, investir em políticas socioeconômicas e alternativas ao capitalismo atual resultam em oportunidades de crescimento e sobrevivência às populações pobres, assim como a melhoria da qualidade de vida. O estudo poderá contribuir para o aumento da discussão e continuidade da temática em nosso país, além de apresentar uma alternativa ao sistema econômico vigente que privilegia quem tem mais recursos num ciclo vicioso que simplesmente reproduz as iniquidades socioeconômicas.

Referências Bibliográficas

LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. . Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate. São Paulo: Atlas, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, A. M. Moeda palma e o desenvolvimento sustentável do conjunto Palmeiras através da economia solidária. 2011, 131 fls, Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BANCO COMUNITÁRIO NO BRASIL: O CASO DO BANCO PALMAS E SUA MOEDA SOCIAL

Resumo:

Neste trabalho buscou-se analisar a evolução do surgimento e a trajetória do Projeto Palmas, sua moeda social, seus avanços e limitações. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa. Trata-se de um estudo de caso, com o uso de dados de fontes primárias e secundárias, que buscou apresentar as especificidades do banco comunitário Palmas e de sua moeda social no Brasil. Os resultados indicam a importância do Banco Palmas e da moeda social circulante como mecanismo de empoderamento local e impulso para a geração de trabalho e renda para as populações mais fragilizadas. Conclui-se que, investir em políticas socioeconômicas e alternativas ao capitalismo atual resultam em oportunidades de crescimento e sobrevivência às populações pobres, assim como a melhoria da qualidade de vida. O estudo poderá contribuir para o aumento da discussão e continuidade da temática em nosso país, além de apresentar uma alternativa ao sistema econômico vigente que privilegia quem tem mais recursos num ciclo vicioso que simplesmente reproduz as iniquidades socioeconômicas.

Palavras-chave: Banco Palmas. Economia Solidária. Banco Comunitário. Microcrédito.

COMMUNITY BANK IN BRAZIL: THE CASE OF BANCO PALMAS AND ITS SOCIAL CURRENCY

Abstract:

This work aimed to analyze the evolution of the emergence and trajectory of Palmas Project, its social currency, its advances and limitations. For this, there was a qualitative research. This is a case study, using primary and secondary data sources, which sought to present the characteristics of Palmas community bank and its social currency in Brazil. The results indicate the importance of the Bank Palmas and its social currency in generating income and employment for local people. In conclusion, investing in socioeconomic policies and alternatives to the current capitalism result in opportunities for growth and survival to the poor, as well as improving the quality of life. The study may contribute to the increased discussion and continuity of theme in our country, in addition to presenting an alternative to the current economic system, which favors those who have more resources in a vicious cycle that simply reproduces the socioeconomic inequities.

Keywords: Solidarity Economy. Community Bank. Banco Palmas. Microcredit.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do sistema capitalista e a sua progressiva desregulamentação ocasionaram uma infinidade de problemas, que englobam as questões social, ambiental e econômica. O Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil (2005) considera a pobreza como um fenômeno multidimensional, que engloba a arena política, os processos históricos de destituição de poder da população submetida a essa condição e a falta de representação desse contingente nas várias esferas de decisão do Estado. Sen (2010) aponta que a pobreza deve ser compreendida mais como a privação das potencialidades básicas, do que como carência de rendimentos.

De acordo com Sen (2010), vive-se hoje em um mundo de privações, destruição e opressão, com a existência de problemas novos e antigos convivendo simultaneamente, como a fome coletiva e crônica, a transgressão de liberdades políticas básicas, e as ameaças cada vez

mais perigosas ao ambiente e à sustentabilidade econômica e social em nível planetário. As crises enfrentadas nesse tempo impõe repensar o modelo hegemônico de desenvolvimento e considerar formas alternativas ao pensamento dominante de crescimento econômico a qualquer preço.

Algumas soluções para estes problemas podem ser encontradas na literatura, é o caso da Empresa Social proposta por Yunus (2008) e da Economia Solidária apresentada por Singer (2002) e que se desdobra numa infinidade de experiências, tais como cooperativas, clubes de troca e também formas de microcrédito, entre outras. Este tipo de economia pode ser definido como “um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e aos desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão” (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014, p. 60).

Luzio-dos-Santos (2014) apresenta alguns modelos e propostas que se encontram dentro do movimento da Economia Solidária, como as redes de colaboração solidária – redes interligadas que englobam empreendimentos complementares, sistema que inclui desde unidades produtivas até distributivas e comerciais; a Socioeconomia Solidária de Arruda – sistema aberto, fundamentado nos valores da cooperação e da partilha, da solidariedade e da autogestão, a partir das necessidades e desejos da comunidade; a empresa social; a economia de comunhão – propriedade privada que distribui os lucros para a consolidação e sustentabilidade da empresa, para ajudar os necessitados e criar novos postos de trabalho para sustentar estruturas que visem a formação de uma cultura da solidariedade e da partilha; e o comércio justo – parceria de comércio baseada no diálogo, transparência e respeito, visando um maior grau de igualdade nas relações comerciais internacionais. Os empreendimentos de Economia Solidária incluem cooperativas, associações mutualistas, lojas de comércio justo, bancos comunitários, entre outros.

Este estudo concentra-se nos bancos comunitários, especificamente no Banco Palmas. Os bancos comunitários podem ser definidos como “serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016, s.p.). Dentre os serviços oferecidos pelos bancos comunitários destaca-se o microcrédito, que “tem por base a concessão de empréstimos para pequenos grupos de pessoas; a responsabilidade relativa à concessão desses empréstimos se dá de maneira solidária (aval solidário), visto que é compartilhada pelo grupo tomador do empréstimo” (SANTOS; CARRION, 2009, p. 60).

O estudo dos bancos comunitários, como o Banco Palmas, é relevante por apresentar uma alternativa ao sistema econômico atual – capitalista – e aos problemas sociais presentes em nossa sociedade. Apesar do número considerável de pesquisas existentes na área, novos estudos se tornam necessários para a compreensão das especificidades, problemas e avanços do Banco Palmas e de sua moeda social nos últimos anos.

O Banco Palmas foi o primeiro banco comunitário brasileiro, fundado em janeiro de 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), um bairro com 30.000 habitantes, localizado no sul de Fortaleza, Ceará, no nordeste do país. Os primeiros habitantes do bairro, os quais eram em sua maioria pescadores, vieram de expropriações da região costeira da cidade. Estes e outros habitantes que chegaram na sequência passaram a construir barracos que resultaram em uma grande favela sem saneamento básico, água potável, energia elétrica, escolas e outros serviços públicos (DE MELO NETO SEGUNDO, 2010).

O intuito da criação do banco concerniu em incrementar ações de desenvolvimento local sustentável, as quais conferiram ao banco o motivo por ser considerado uma das principais experiências de Economia Solidária no Brasil. Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo descrever o surgimento e a trajetória do Projeto Palmas, sua moeda social, seus avanços e

limitações. O trabalho está organizado em cinco tópicos. Além da introdução, tem-se o referencial teórico abordando os principais aspectos e conceitos que norteiam o tema Banco Comunitário Palmas. Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados encontrados, culminando, por fim, nas considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Pobreza, suas Dimensões e Alternativas

O capitalismo originou uma diversidade de problemas sociais, ambientais, econômicos e culturais em boa parte do mundo. Segundo Yunus (2008), estes problemas não decorrem necessariamente da globalização ou do livre mercado, apesar dos mercados irrestritos e sem controle contribuir para o aumento da pobreza, da desigualdade e da corrupção. O problema estaria na falta de mecanismos de regulação e supervisão adequados que protejam e sejam capazes de fortalecer os mais pobres e desfavorecidos diante da exploração impiedosa dos mais poderosos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil (2005) define a pobreza como um fenômeno multidimensional, que não se limita aos aspectos socioeconômicos. No entanto, frequentemente, as medidas direcionadas ao enfrentamento da situação de pobreza ainda se restringem aos programas e políticas sociais, planejados e implantados verticalmente, sem a participação dos maiores interessados, as classes populares. Deve-se atentar para a dimensão política da pobreza, os processos históricos de destituição de poder da população submetida a essa condição e a falta de representação desse contingente nas várias esferas de decisão do Estado.

Para o Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil (2005), a política social do conhecimento será a estratégia mais eficiente para combater a pobreza. Considerando o fator desigualdades, o combate à pobreza pode ser organizado em três dimensões – a assistência social, porque a sobrevivência é um direito fundamental; a inserção no mercado, para que os pobres tenham capacidade de se sustentar e condições para construir um projeto de vida; e a cidadania, para que possam viver com autonomia. De acordo com este Relatório, o componente mais decisivo é a cidadania, seguindo-se a inserção no mercado e, posteriormente, a assistência social.

A qualidade política necessária designa a dinâmica da cidadania individual e coletiva, e, implica a capacidade de construir uma consciência crítica, organizar-se politicamente para transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tornar possível um projeto alternativo de sociedade. Mas, para o alcance da qualidade política, outras dimensões são fundamentais, como o acesso à informação e à comunicação social, o cultivo de identidades e oportunidades culturais, além do papel que o Estado deve cumprir – como instância delegada de serviço público, cuja qualidade depende do controle democrático (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2005).

Segundo Yunus (2008), todos os governos do mundo têm, em vão, tentado resolver o problema da pobreza e da desigualdade, obtendo pouco ou nenhum resultado devido a diversas causas, como: o poder e a amplitude dos governos os tornam organizações lentas, burocráticas e sujeitas à corrupção; governos têm dificuldade para desfazer projetos ou iniciativas que não deram certo; e, governos muitas vezes trabalham em função de interesses particulares de grandes organizações.

Deste modo, para o autor, os governos são instituições importantes, mas que não possuem a capacidade de garantir efetivamente a justiça social e a erradicação da pobreza. Para resolver estes problemas, as pessoas recorrem às organizações sem fins lucrativos; às instituições multilaterais, organizações de alcance global financiadas pelos governos, como o

Banco Mundial; e, às corporações que adotam políticas de responsabilidade social. Porém, estas também não possuem condição para resolver o problema da pobreza e da falta de justiça social (YUNUS, 2008).

Neste contexto, emergem novos modelos organizacionais com o objetivo de contribuir para a mitigação desses problemas sociais. Estas iniciativas buscam promover alternativas ao reducionismo economicista a proporcionar novas opções de sociabilidade. Entre elas, destaca-se a Economia Solidária, que será abordada a seguir.

2.2 Economia Solidária

Diferentemente da economia clássica, a Economia Solidária se propõe a atuar prioritariamente em favor das pessoas e do meio ambiente, defendendo um modelo socioeconômico mais equitativo, redistributivo e sustentável. Embora a Economia Solidária tenha sua origem vinculada à tradição cooperativista clássica, ela avança em novas perspectivas.

[...] um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e aos desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e ao bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014, p. 60).

A Economia Solidária se mostra como um modelo alternativo ao capitalismo, regida pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual. “A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2002, p.10), resultando em solidariedade e igualdade.

No empreendimento solidário, o objetivo máximo dos sócios “é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou mundo) um modo democrático e igualitário de organizar as atividades econômicas” (SINGER, 2002, p.16), através dos princípios de cooperação; autogestão; equidade; solidariedade; e sustentabilidade (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014). Vários tipos de empreendimentos operam sob os princípios da economia solidária, como cooperativas, associações mutualistas, lojas de comércio justo, e também os bancos comunitários, foco deste estudo.

2.3 Banco Comunitário

Os bancos comunitários podem ser considerados como experiências da Economia Solidária. Duas razões revelam que o banco comunitário é um tipo de empreendimento distinto – a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados, entre outros) e a construção conjunta de oferta e demanda (FRANÇA FILHO, 2007).

Destaca-se a importância desse tipo de alternativa às organizações financeiras tradicionais uma vez que, um dos maiores problemas das populações excluídas é o acesso ao crédito. Além disso, o sistema financeiro nacional é extremamente concentrado e dominado por instituições privadas, diferente de outros países em que os bancos comunitários são a maioria, garantindo maior equilíbrio de forças e promoção dos espaços regionais e locais.

Segundo o Instituto Banco Palmas (2016, s.p.), os bancos comunitários são “serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”. Eles atuam para “promover o desenvolvimento de territórios

de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo”. Estas são suas principais características:

A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária; Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local; Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.; Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social; Volta-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas sociais governamentais de políticas compensatórias; Funda sua sustentabilidade financeira, em curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016, s.p.).

Dentre os diversos produtos e ações que um banco comunitário pode oferecer, estão o crédito produtivo; o fundo solidário para compras conjuntas; o crédito para o consumo; o microsseguro; a poupança; o correspondente bancário; educação; e rede local de “prosumatores”, ou seja, os moradores que podem ser simultaneamente produtores, consumidores e atores sociais de transformação. O crédito produtivo é concedido em Reais e apoia a ampliação ou criação de novos empreendimentos nos diversos segmentos da comunidade. O fundo solidário para compras conjuntas é um fundo criado para atender grupos de pessoas que trabalham no mesmo ramo de atividade, que fazem uma lista de compras e o banco compra direto do fornecedor. O crédito para o consumo é realizado em moeda social e tem como objetivo maior estimular o consumo local. O microsseguro é um seguro de vida destinado à população de baixa renda e cobre auxílio funeral; indenização por morte natural ou acidental. A poupança está ligada à educação financeira e ao consumo consciente, mas a legislação brasileira não permite aos bancos comunitários a prática da poupança, que deve ser intermediada por um banco comercial (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016).

Figura 1: Produtos e Ações de um Banco Comunitário



Fonte: Instituto Banco Palmas (2016).

O correspondente bancário permite ao banco comunitário realizar pagamentos e recebimentos habituais dos bancos comerciais, é de grande utilidade para a comunidade local e colabora para a circulação do dinheiro na própria comunidade. Em relação à educação, o banco

comunitário apresenta diversas modalidades pedagógicas, como os cursos de capacitação, oficinas, formação de longo prazo, sessões de trabalho, reuniões formativas e outras, oferecidas para os inúmeros segmentos. Ao incentivar as pessoas a produzirem e consumirem na própria comunidade, o banco comunitário busca reorganizar a economia local, criando uma rede de prosumidores, articulando-se em rede, comprando e vendendo um para o outro, criando múltiplas conexões econômicas e organizando lutas sociais por direitos e políticas públicas (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016).

2.4 Microcrédito

Dentre os serviços oferecidos pelos bancos comunitários encontra-se o microcrédito – programa de empréstimo relativamente recente e de tipo não convencional. Seu objetivo é atender pessoas “de baixa renda (sem exigir que o tomador do empréstimo apresente condicionantes que dificulte o acesso ao crédito, como garantia, fiador...); ao mesmo tempo, apresenta-se como sustentável financeiramente a instituição bancária que venha a adotar esse modelo de crédito” (SANTOS; CARRION, 2009, p. 60).

O microcrédito tem por base a concessão de empréstimos para pequenos grupos de pessoas; a responsabilidade relativa à concessão desses empréstimos se dá de maneira solidária (aval solidário), visto que é compartilhada pelo grupo tomador do empréstimo. Entende-se ser possível uma responsabilização mútua como a descrita acima, já que os parceiros dentro do grupo se conhecem bem, pois usualmente pertencem a uma mesma comunidade, o que abrange a questão da reputação dos indivíduos e viabiliza a realização do monitoramento uns dos outros de maneira eficaz (SANTOS; CARRION, 2009, p. 60).

De acordo com Soares e Sobrinho (2008, p. 23-24), o microcrédito é “concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, que utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica”. Muhammad Yunus, economista e prêmio Nobel da Paz de 2006 é um dos pioneiros em trabalhar com concessão de microcrédito e empreendedorismo em larga escala para a redução da miséria. Em 1976, ele fundou o Banco *Grameen*, em Bangladesh, o qual realiza empréstimos de forma mais simples. Ele defende a premissa de que o empreendedorismo é a solução mais eficaz para a redução da pobreza.

O Banco *Grameen* foi concebido por Yunus em parceria com alunos e professores da Universidade de Chittagong. A experiência se iniciou com o fornecimento de pequenos empréstimos sem as requisições e garantias convencionais exigidas pelos bancos tradicionais. Em 1983 o *Grameen* se tornou um banco oficial e passou a conceder crédito para pessoas em situação de pobreza em Bangladesh, sobretudo para mulheres da zona rural (YUNUS, 2008). A preferência pelo público feminino para a concessão dos empréstimos ocorreu em razão do contexto de exploração e pobreza local, que atinge particularmente as mulheres, além do entendimento de que o empréstimo viabilizado para as mulheres proporcionava maiores benefícios sociais e econômicos para toda a família, especialmente para as crianças (YUNUS, 2008).

O principal propósito do Banco *Grameen* é de fomentar pequenos empreendimentos por meio do crédito rotativo, para gerar emprego e renda para as famílias mais pobres do país. A experiência buscou proporcionar a independência financeira de pessoas em situação de maior vulnerabilidade e que eram impedidas de ter acesso ao crédito de bancos tradicionais, por falta de bens e fiadores para garantir o empréstimo. Dessa forma, muitas pessoas tornavam-se

vítimas de agiotas que cobravam juros muito altos, o que tornava o pagamento da dívida praticamente impossível (YUNUS, 2008).

Para Braga e Toneto Júnior (2000), o microcrédito vem sendo considerado o principal instrumento das políticas de geração de trabalho e renda no mundo. Diversas experiências internacionais têm comprovado que é possível criar arranjos contratuais que viabilizem o crédito a pequenos empreendimentos. Além do Banco Grameen, diversas instituições de microcrédito no mundo confirmam a viabilidade deste tipo de empreendimento. Pode-se destacar o Banco Rakyat, na Indonésia, criado no início dos anos 70; o Programa de Empresa Rural do Quênia, criado em 1984; e o Banco Solidário S.A da Bolívia, criado em 1992.

No Brasil, as instituições de microcrédito estruturam-se na forma de organizações não governamentais (ONGs), que não recebem depósitos e emprestam recursos próprios e doações. As principais instituições são a Portosol de Porto Alegre; o Banco da Mulher na Bahia; a Rede CEAPE, o BRB Trabalho no Distrito Federal, entre outros. Deve-se destacar também, as possibilidades proporcionadas pelo Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que destina 40% dos seus recursos ao financiamento de investimentos e 60% ao suporte do Programa de Seguro Desemprego, e, o surgimento do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), programa federal de microcrédito que objetiva incentivar o emprego a partir de pequenos e micro empreendimentos, baseados nos recursos do FAT (BRAGA; TONETO JÚNIOR, 2000).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa consiste em descrever o surgimento e a trajetória do Projeto Palmas, sua moeda social, seus avanços e limitações. Para que fosse atingido o objetivo da pesquisa foi utilizado o método qualitativo, pois “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (MINAYO, 2001, p. 14). A estratégia de investigação escolhida foi o estudo de caso, que é definido por Yin (2010, p. 39-40) como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Segundo Godoy (2010, p. 124), o estudo de caso também pode ser “caracterizado como descritivo quando apresenta um relato detalhado de um fenômeno social que envolva, por exemplo, sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos”. Neste sentido, esta forma de pesquisa é relevante na medida em que oferece informações acerca de temas pouco estudados Godoy (2010).

A experiência do Banco Palmas foi selecionada, por ser o primeiro Banco Comunitário no Brasil, e pelos seus resultados sociais e econômicos, em outras palavras, em termos de geração e distribuição de renda na região que está inserida. Como instrumentos da coleta de dados foram utilizadas várias fontes, como: pesquisas em livros, revistas científicas e dissertações, e outras publicações em bibliotecas físicas e virtuais. Alguns dados sobre o Banco Palmas também foram consultados no seu *website*, na internet.

Após a organização desses dados, foi realizada uma análise da entrevista realizada por Nascimento (2011) com a Coordenadora do Banco Palmas. A entrevista possibilitou o entendimento do ponto de vista da organização em relação aos microempreendedores e como o banco ajuda os moradores do conjunto a sair da miséria e ter o seu próprio sustento. Para proporcionar maior aproximação com o objeto de estudo e obter maiores informações sobre o contexto e motivação para a criação do Banco Comunitário Palmas, foram apresentadas algumas falas de uma entrevista concedida por um dos fundadores do Banco Palmas, Joaquim Melo para um documentário, onde ele descreve o surgimento do Banco. As informações puderam ser aprofundadas por meio de uma entrevista semiestruturada com um membro atual

da equipe do Banco Palmas, e foi mantido o sigilo do nome para ter mais liberdade de expressar e apresentar os fatos como são, assim na entrevista será citada como entrevistada Palmas. Esta entrevista foi chave, porque é a contribuição de fonte primária, com dados atuais da realidade do Banco Palmas.

4 BANCO PALMAS

4.1 Contexto e surgimento

Fortaleza, a capital do estado do Ceará, é um dos principais destinos turísticos no Brasil. Com uma população de 2,5 milhões, a cidade recebe cerca de 2 milhões de visitantes por ano, atraídos principalmente pelas praias. A moderna infraestrutura turística está localizada ao longo da área costeira, na parte mais rica da cidade. No entanto, este não foi sempre o caso. Até os anos 1970, parte desta região foi ocupada por favelas. Em 1973, com o crescimento do turismo e do processo de valorização do solo urbano, o município iniciou uma política destinada a conduzir os moradores das favelas para fora desta área. Esta política urbana foi executada por uma agência chamada Fundação para o Serviço Social de Fortaleza e consistiu basicamente na transferência de habitantes de baixa renda dos distritos desenvolvidos centrais, para as áreas suburbanas e subdesenvolvidas da cidade (JAYO; POZZEBON; DINIZ, 2008).

Foi neste contexto que o Conjunto Palmeiras surgiu em 1973, como resultado do deslocamento de 1.500 famílias de baixa renda que não eram bem-vindas nas áreas turísticas. Os habitantes foram forçados a abandonar as suas habitações nas favelas centrais e foram transferidos para uma área localizada a 22 km de distância da faixa litorânea. Ao alinhar a cidade de forma mais estreita com o turismo, a política urbana negligenciou os problemas estruturais e sociais que afetaram os moradores realocados. A nova área destinada a eles estava distante de postos de trabalho e escolas, com acesso precário ao transporte urbano, e sem abastecimento de água, saneamento ou eletricidade (JAYO; POZZEBON; DINIZ, 2008).

Dentro de um período muito curto de tempo, o Conjunto Palmeiras tinha se transformado em uma favela periurbana de 30.000 habitantes. Como é típico das favelas brasileiras, a comunidade cresceu em um contexto desprovido de uma infraestrutura básica ou serviços sociais e em meio a condições de vida extremamente precária e níveis muito baixos de desenvolvimento humano.

Em 1981 foi fundada no bairro a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), uma iniciativa dos líderes da comunidade local. Inicialmente apoiado por setores progressistas da Igreja Católica e por ONGs locais e internacionais, a ASMOCONP imediatamente começou a trabalhar para uma série de melhorias na infraestrutura local. Entretanto, a iluminação pública e o acesso a eletricidade só chegaram em todo o bairro, após grande pressão da ASMOCONP junto às autoridades. Somente após a década de 1990 o bairro passou a contar com asfalto e saneamento, graças à ajuda internacional. Até o final da década de 1990, como resultado de quase duas décadas de esforço contínuo, a “ex-favela” foi finalmente urbanizada (JAYO; POZZEBON; DINIZ, 2008).

No entanto, apesar destas melhorias urbanas, as condições socioeconômicas dos membros da comunidade não melhoraram no mesmo ritmo. Pelo contrário, de acordo com Joaquim Melo, um dos fundadores e líderes comunitários do bairro, os moradores começaram a vender seus barracos e mudar para outras favelas.

Por que isso acontecia? Porque não podiam mais pagar as contas. Agora chegava conta de água, conta de luz, conta de telefone. Olha o tamanho da contradição: passamos vinte anos para construir um bairro e agora a gente não podia mais morar no bairro que a gente mesmo construiu. E aí nós dissemos:

olha, se nós conseguimos criar esse bairro, nós conseguimos gerar trabalho, gerar renda, aqui dentro desse bairro, com nossas próprias forças, com nossos próprios moradores (QUEM, 2012).

A coordenadora do Banco Palmas explica que, “para tentar reverter essa situação, a Associação de Moradores tomou a iniciativa de criar um projeto que pudesse gerar trabalho e renda para os moradores, na própria comunidade. Esse projeto foi o Banco Palmas” (NASCIMENTO, 2011, p.109). De acordo com Joaquim Melo, partiu-se da ideia de que não existe território pobre, mas os bairros se empobrecem por perderem suas poupanças locais (QUEM, 2012). Assim, o Banco Palmas surgiu em janeiro de 1998, por uma iniciativa da associação de moradores do bairro. O capital inicial do banco foi de 2.000 mil reais, doados por uma ONG local. Fundos adicionais foram obtidos a partir de outras ONGs locais e internacionais durante os primeiros seis meses de operação, totalizando 30.000 reais que foram destinados para empréstimos de microcrédito como forma de criar oportunidades de geração de renda (JAYO; POZZEBON; DINIZ, 2008).

O foco do projeto era a criação de uma "rede de solidariedade", para integração dos produtores e consumidores locais, de tal forma que a maior parte possível da riqueza local circulasse localmente, permanecendo na comunidade ao invés de gerar renda e emprego em outros lugares. Assim, o Banco Palmas desenvolveu uma metodologia de microcrédito centrada na geração de renda, riqueza e desenvolvimento social em uma base territorial, em contraste com as metodologias dominantes e minimalistas que favorecem resultados individuais.

4.2 Produtos e serviços

O Banco Palmas é um sistema financeiro solidário que trabalha em quatro pontos da cadeia produtiva local, a saber: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo. A gestão é feita pela associação dos moradores do Conjunto Palmeiras e na grande maioria, seu quadro de pessoal é constituído por moradores voluntários (DE MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Esse sistema tenta instituir e valorizar a circulação da renda no próprio bairro, por meio da comercialização dos produtos na comunidade, desenvolvendo uma rede de solidariedade (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003). Nesse sentido, a ideia é desenvolver o conceito de prosumator, o qual define os atores sociais envolvidos como produtores e consumidores (SILVA JUNIOR et al., 2005). Os produtos do Banco Palmas que compõem a cadeia de amparo aos prosumadores locais são: microcrédito para incentivo à produção; cartão de crédito para consumo; clubes de trocas; moeda social; rede de compras coletivas; e central de comercialização.

De acordo com Melo Neto e Magalhães (2003), o Banco Palmas apresenta quatro linhas de crédito. A primeira é o microcrédito concebido para os que não podem acessar as fontes de financiamento oficiais por causa de burocracia, exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias. Os créditos que são cedidos pelo banco comunitário não exigem documentos, nem garantias, pois os próprios vizinhos e moradores do bairro oferecem as informações sobre o tomador do crédito. De acordo com a entrevistada, “a taxa de juros varia de acordo com o valor solicitado, que vai de 1,5 a 3 por cento de juros ao mês” (ENTREVISTA PALMA, 2016). Segundo a pesquisa, 420 famílias são beneficiadas (SILVA JUNIOR et al., 2005).

O segundo é o microcrédito para o consumo, que engloba o Palmacard, cartão de crédito válido apenas para compras no bairro. Cada cartão de crédito tem o valor inicial de R\$ 20,00, e pode chegar ao máximo de R\$100. Não há pagamento de nenhuma taxa para ter o cartão. Segundo pesquisa são beneficiadas 350 famílias (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

A terceira é uma linha de crédito específico ao atendimento das mulheres. O Banco Palmas tem financiado a produção de mulheres empreendedoras do bairro, dando prioridade as que se encontram em situação de risco pessoal e social. Neste programa, 120 famílias são beneficiadas (SILVA JUNIOR et al., 2005).

A quarta é a linha de crédito para pequena reforma de moradia, que tem o intuito de melhorar as condições de produção. Os que necessitam fazem um orçamento no depósito de construção do bairro e recebem a autorização do banco para receber o material. O pagamento pode ser feito em seis vezes com juros de 1,5% ao mês. Quanto às garantias de pagamento, repousam-se na confiança no outro. Ao fazer o cadastro de um futuro tomador de empréstimo, os analistas do Banco Palmas não têm em vista consulta a órgão de restrição ao crédito. A única consulta realizada é uma abordagem dos moradores do bairro, que atestam ou não a confiabilidade do candidato ao crédito, garantindo um controle social do banco. A cobrança do empréstimo baseia-se também nas relações de vizinhança e proximidade, impondo um controle mais social que propriamente econômico (SILVA JR, 2008).

Em especial, o Clube de Trocas, criado em outubro de 2000 com o nome de Palmares, funcionava uma vez a cada quinze dias, com aproximadamente 30 a 40 produtores, que se reuniam na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) para realizarem a troca de produtos entre si. Os produtos incluíam confecções, artesanatos, iguarias, alimentos, entre outros. Para realizarem as trocas, os produtores convertiam tudo o que havia trazido em Palmas - a moeda social local.

Assim, segundo a coordenadora do Banco Palmas, um morador tem acesso à moeda Palmas de três formas: 1) fazendo um empréstimo em Palma (sem juros); 2) recebendo salários e outros pagamentos em palmas; e 3) trocando reais por palmas direto no Banco Palmas (NASCIMENTO, 2011). Atualmente, o Clube de Trocas “funciona na metodologia de oficinas, nelas fazemos a demonstração de que nem tudo pode ser trocado por dinheiro, podemos trocar produto por outro produto, ou produto por serviço, serviço por serviço e assim por diante” (ENTREVISTADA PALMAS, 2016).

4.3 Moeda Social – Palmas

A moeda social denominada de Palma (Palmares inicialmente) surgiu “logo após o início do banco, como uma maneira de fazer a economia local crescer” (ENTREVISTADA PALMAS, 2016) Ela “funciona de forma local circulante entre consumidor e comércio” (ENTREVISTADA PALMAS, 2016).

Segundo a coordenadora do Banco Palmas, a quantidade de Moeda Palma que iniciou o projeto da moeda social no Conjunto Palmeira foi de 10 mil circulando, hoje passa dos 40 mil em circulação, e, como iria circular livremente em toda a comunidade foi confeccionada com vários componentes de segurança contra possíveis falsificações (marca d’água, código de barra, número serial). Acostumou-se dizer que o Palmas era uma Moeda Social Circulante Local, uma vez que ela girava a todo o momento (NASCIMENTO, 2011).

Também, como é circulante local, a moeda Palma é indexada em Reais (1 palma equivale a 1 real) – moeda oficial do Brasil. Assim, a moeda local Palma tem lastro, ou seja, para cada Palma circulando no mercado existe um correspondente em Real (R\$) no Banco Palmas (NASCIMENTO, 2011). Deste modo, para emitir a moeda social (Palmas), o Banco Palmas deve possuir a mesma quantidade de Real em depósito, visto que essa é uma exigência de funcionamento, norma imposta pelo Banco Central (ENTREVISTADA PALMAS, 2016).

Segundo a coordenadora do Banco Palmas 240 empreendimentos da comunidade aceitam a moeda Palma e fornecem descontos de 5% a 10% para quem realiza a compra com ela (NASCIMENTO, 2011). Além da moeda Palma, esses empreendimentos também aceitam o real e, atualmente, a moeda eletrônica social (ENTREVISTADA PALMAS, 2016).

De uso exclusivo no Banco Palmas, a moeda social Palma é um dinheiro alternativo, que circula e tem validade apenas no bairro, sendo uma forma de troca alternativa à moeda oficial brasileira. Para a coordenadora do Banco Palmas, a moeda Palma produz riqueza “porque ela cria uma poupança interna. Ela não permite que os recursos (o dinheiro) da comunidade migrem para outros territórios. Essa capacidade de gerar poupança (de deixar o dinheiro circulando na comunidade) é que gera a riqueza” (NASCIMENTO, 2011, p. 111). Essa iniciativa surgiu pela necessidade de fazer circular mais dinheiro dentro do próprio bairro, pois cada moeda Palma equivale a R\$1,00 e os moradores conseguem a moeda pelo próprio trabalho ou no Banco.

Em relação à permissão do Banco Central para o funcionamento da moeda social, a coordenadora do Banco Palmas alega que o mesmo adotou uma postura de incompreensão no início, inclusive processou o Banco Palmas por este motivo. Porém, o Banco Central passou a apoiar os bancos comunitários e as moedas sociais nos últimos anos. No ano de 2009 assinou um termo de parceria com o Ministério do Trabalho visando consolidar um marco regulatório para o âmbito dos bancos comunitários e suas moedas (NASCIMENTO, 2011).

Os objetivos da moeda social, segundo Nascimento (2011), são aumentar o circulante monetário local/capital de giro; aumentar a oferta local de microcrédito utilizando a moeda social; interligar esforços para o crescimento econômico local; estimular a produtividade da comunidade, otimizando capacidades existentes; implantar uma forte moeda social local; organizar a comunidade para mobilizar recursos públicos e privados (financiamento para fins sociais, gastos públicos, investimentos privados e outros) que possam vir a ser utilizados como fomento.

Para a coordenadora do Banco Palmas, o objetivo maior da moeda Palma é a circulação da riqueza na comunidade, pois quando um morador detém reais, ele poderá gastá-los em qualquer lugar, mas quando detém Palmas, irá gastá-las no Conjunto Palmeiras, único lugar que aceita a moeda. Assim, o dinheiro circula na comunidade, fortalece o comércio local e melhora as oportunidades de emprego e renda (NASCIMENTO, 2011). Essa ideia é confirmada pela entrevistada, a qual alega que a maior vantagem da moeda social é “o crescimento da economia local, gerando valorização do que é produzido na comunidade e trazendo geração de emprego para a mesma” (ENTREVISTADA PALMAS, 2016) e também por Joaquim Melo ao assumir que “a lógica é a seguinte: o banco empresta para produção e empresta para o consumo, se eu conseguir equilibrar produção e consumo no mesmo local, no mesmo território, a gente gera trabalho e renda” (QUEM, 2012)

Porém, o Banco Palmas permite a troca de palmas (moeda social) por reais, pois de acordo com a coordenadora do Banco Palmas

[...] muitos comerciantes precisam repor os seus estoques e compram insumos que só estão à venda “fora do bairro”. Se não for permitido à troca de palmas por reais estes empreendimentos não aceitariam a moeda do bairro. Quanto mais palmas circulam, mais aumenta a renda da comunidade. Quanto mais renda, mais empresas são abertas no bairro e menos dependência do mercado “lá de fora”. Ou seja, a relação entre as duas moedas fortalece a Rede de Economia Solidária do Bairro (NASCIMENTO, 2011, p. 112).

Assim, as moedas sociais “chamam a atenção pela potencialidade e, ao mesmo tempo, pela desregulamentação absoluta. Não há, no Brasil, marco regulatório algum em se tratando de moedas complementares” (FOBE; VILELA, 2011, p. 2).

4.4 Principais limitações e resultados

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Banco Palmas é conseguir aumentar a circulação da moeda no bairro. Segundo a coordenadora do Banco, algumas ações podem ser realizadas para aumentar a circulação da moeda Palma, tanto localmente, como desenvolver campanhas efetivas e educativas para construir uma consciência crítica dos moradores em relação a importância da moeda social nas comunidades, cursos nas escolas e associações sobre educação financeira (entender os ganhos com a moeda palmas, descontos e taxas). Segundo Taumaturgo de Souza (2011) para isso seria necessário aumentar a participação e integração dos moradores, aumentar a capacidade financeira e administrativa de atendimento que está intimamente relacionado com o grau de confiança entre as pessoas e o mecanismo de funcionamento da moeda.

Outra ação, porém envolvendo a cidade e os órgãos públicos, seria fazer parcerias com a prefeitura municipal, para assim, a prefeitura contribuir de forma decisiva no desenvolvimento econômico da comunidade, como por exemplo: pagamento do funcionalismo e de prestadores de serviços terceirizados e bolsas para jovens (NASCIMENTO, 2011). Isso por que, “apesar de já haver melhorias quanto às políticas públicas relacionadas à Economia Solidária, ainda há deficiência de integração das políticas governamentais que atuam nesse campo”, complementa dizendo que há “resistência e desconfiança de órgãos públicos e outros organismos atuantes na área por conta de diferenças políticas e ausência de conhecimento sobre o assunto (TAUMATURGO DE SOUSA, 2011, p. 48)

Outra limitação enfrentada pelo Banco Palmas é em relação ao uso da moeda Palma, pois a grande demanda por produtos de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha, entre outros) por parte dos trabalhadores da construção civil que compram em um mesmo comércio, ocasiona o acúmulo de moeda na mão desses comerciantes. Para a coordenadora do Banco se mais comerciantes fornecerem descontos eles irão fidelizar os clientes, o que ajudaria a aumentar a circulação da moeda no bairro. Além disso, com esse desconto mais pessoas iriam se interessar pela moeda, aumentando a circulação da moeda que geraria mais compras na comunidade, ou seja, “a moeda palma aumenta o volume de compras no comércio do bairro” (NASCIMENTO, 2011, p. 111). Isso geraria um benefício para o comerciante na realização do câmbio de Palmas por Reais, visto que o câmbio entre as moedas é isento de qualquer tipo de taxa (NASCIMENTO, 2011).

As contribuições do Banco Palmas, segundo a entrevistada, são que os produtos e ações do Banco Palmas contribuem para o desenvolvimento local, valorizando os produtos e pessoas da comunidade, como também, geram empregos no local (ENTREVISTA PALMA, 2016). Complementando isso, a coordenadora do Banco diz que a moeda Palma produz riqueza porque cria uma poupança, não permitindo que os recursos da comunidade migrem para outras comunidades e regiões da cidade. Essa capacidade de acumulação e circulação do dinheiro na comunidade acaba gerando riqueza no local (NASCIMENTO, 2011).

Para a entrevistada os resultados mais relevantes alcançados foram “O reconhecimento da comunidade e de outros meios sociais, a implantação de sistema dos bancos comunitários em outras regiões e o crescimento comercial e social da nossa comunidade” (ENTREVISTADA PALMAS, 2016). Para ela isso influencia na qualidade da vida da população, “A comunidade se apodera de um bem criado para a própria comunidade, reconhecendo a importância de se trabalhar em grupo, procurando sempre um benefício social maior” (ENTREVISTADA PALMAS, 2016). Para a coordenadora do Banco Palmas, comprar na comunidade garante que o dinheiro circule no local, oxigenando o comércio, aumentando as possibilidades de trabalho, emprego, renda e qualidade de vida na comunidade (NASCIMENTO, 2011). O Banco Palmas e a moeda social são reconhecidos pela população local, criando um mercado solidário e alternativo entre famílias (DE MELO NETO SEGUNDO, 2009).

Percebe-se que, apesar das dificuldades apresentadas em relação à moeda Palma, os benefícios têm impulsionado a circulação da mesma, o fortalecimento da rede de solidariedade comunitária e o avanço do Banco Palmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os serviços oferecidos pelos bancos comunitários encontra-se o microcrédito, que vem sendo considerado o principal instrumento das políticas de geração de emprego e renda no mundo. Percebeu-se a importância do Banco Palmas e da moeda social, para os moradores do Conjunto Palmeiras, que necessitam desse elemento de economia solidária para sobreviver. Assim como, essa população carente aproveita as oportunidades oferecidas pelo banco comunitário, mostrando uma nova dinâmica financeira entre produtores e consumidores.

Assim, quando há investimento do governo em políticas socioeconômicas em comunidades pobres, a pobreza diminui e há participação dos moradores. Esse fato indica a relevância da economia solidária e popular na mitigação da pobreza. Como é mostrado nas entrevistas, os projetos desenvolvidos pelo banco são importantes e, o que realmente movimenta o banco é a relevância e a contribuição dos projetos no desenvolvimento humano e do bairro e na qualidade de vida dos moradores.

Essa pesquisa revela a importância do Banco Palmas e da moeda social circulante na geração de renda e empregos à população local. A criação de um sistema econômico no bairro por meio de uma linha de crédito alternativo, através de instrumentos de incentivos para o consumo local (cartão de crédito e moeda social) desenvolveu novas formas de comercialização solidárias. Além disso, o Banco Palmas está ajudando a educar e criar consciência na população local, que está aprendendo a conseguir seu próprio dinheiro e usá-lo no próprio conjunto.

Conclui-se que investir em políticas socioeconômicas e alternativas ao capitalismo atual, como é o caso do banco comunitário – Banco Palmas, podem resultar em oportunidades de crescimento e sobrevivência às populações pobres, assim como a melhoria da qualidade de vida, ocorrendo assim um desenvolvimento local inovador de inclusão social coletiva. Nesse sentido, iniciativas dentro desta perspectiva são de grande relevância no contexto econômico atual, mercado pelo monopólio de organizações privadas, fundamentadas na maximização dos lucros e exploração dos mais fragilizados. Ainda que seja difícil imaginar forças díspares convivendo dentro das mesmas regras sem que os mais fortes aniquilem os mais frágeis quando estes passam a incomodar ou ampliar as oportunidades de avanços do capital, essas políticas alternativas ganham destaque ao propor iniciativas amparadas em novas ideias de sociabilidade.

O caso do Banco Palmas, pode auxiliar na formulação de políticas públicas e replicação em outros territórios, por meio da metodologia de desenvolvimento de comunidades concebida pela ASMOCOMP/Banco Palmas. Outro impacto positivo das ações desenvolvidas pelo Banco Palmas está na percepção positiva do Banco no imaginário dos seus parceiros, clientes e beneficiários de seus projetos, que resulta no aumento da capacidade financeira e administrativa de atendimento e, no suporte às necessidades da comunidade, benefícios que estão intimamente relacionados com o grau de confiança entre as pessoas e o mecanismo de funcionamento do banco e de sua moeda social.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. B.; TONETO JÚNIOR, R. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 69-86, mar. 2000.

DE MELO NETO SEGUNDO, J. J. Associative Community Banks in Brazil. In: Working USA: **The Journal of Labor and Society**. Vol. 13. 2010.

DE MELO NETO SEGUNDO, J. J., S. Bancos Comunitários. **Le monde Diplomatique**, 2009.

DE MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 89-113.

FOBE, N. J.; VILELA, R. 2011. **Moedas Sociais – Mecanismo de Desenvolvimento e Desafio Multidisciplinar**. Disponível em: <<http://direitogv.fgv.br/sites/default/files/Moedas%20Sociais%20%20Narrativa.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

FRANÇA FILHO, G. S. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, I, 23-25 de maio de 2007, Juazeiro do Norte, Ceará. **Anais...**, 2007.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **O que é um Banco Comunitário**. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

JAYO, M.; POZZEBON, M. ; DINIZ, E. H. . Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 32, p. 115-128, 2009.

LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. **Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate**. São Paulo: Atlas, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, A. M. **Moeda palma e o desenvolvimento sustentável do conjunto Palmeiras através da economia solidária**. 2011, 131 fls, Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 20 mai. 2016.

QUEM se importa: Direção: Mara Mourão. Produção: Mara Mourão, Tatiana Battaglia, São Paulo: Mamo Filmes e Grafia Filmes, 2012. 1 DVD.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Relatório de Desenvolvimento Humano:** Racismo, pobreza e violência. 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/brazil_2005_po.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SANTOS, C. G. dos; CARRION, R. S. M. Microcrédito e Pobreza: um Diálogo Possível? 2009 **RAC**, Curitiba, v. 13, n. 4, p. 53-67, jun. 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JUNIOR, J. T.; MAGALHÃES, S.; MELO NETO, J. **O Poder do Circulante Local: A Moeda Social no Conjunto Palmeira.** Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2005.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças:** o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

TAUMATURGO DE SOUSA, T. **A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável** - caso do Banco Palmas. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza:** a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.